



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RESOLUÇÃO Nº. 453 /2012
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
149ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 14/09/2012
PROCESSO Nº. 1/1701/2011
AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/201104462-7
RECORRENTE: MIL INDUSTRIA DE ESQUADRIA DE MADEIRA LTDA.
RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTES: Celínio Nogueira Barros e Fernando Antônio Nunes Nogueira
MATRICULAS: 00895210 e 06373518
RELATOR: Conselheiro João Rafael De Farias Furtado Nóbrega

EMENTA: ICMS – 1. INEXISTÊNCIA DE LIVRO CONTÁBIL, QUANDO EXIGIDO. 2. A empresa deixou de entregar o livro caixa, solicitado através do termo de início de fiscalização nº 2011.03406, referente ao período de 01/01/09 a 31/12/10. Recurso voluntário conhecido e não provido. 3. Auto de infração julgado **PROCEDENTE**, por unanimidade de votos, em razão da não entrega do Livro Caixa quando solicitado pelo fisco, tendo em vista ser obrigatório. Decisão amparada no parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da dought Procuradoria Geral do Estado. Confirmada a decisão condenatória prolatada no juízo originário. 4. Decisão amparada no art. 77º, parágrafo 1º da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

RELATÓRIO

A presente autuação refere-se à *inexistência de livro contábil, quando exigido*. A empresa deixou de entregar o livro caixa, solicitado através do termo de início de fiscalização, referente ao período de 01/01/2009 a 31/12/2011. O ilícito fiscal supramencionado teve origem em uma ação fiscal designada pela Ordem de Serviço nº. 2011.05198, objetivando executar *auditoria fiscal*, referente ao período de 01/01/2009 a 31/12/2010, junto ao contribuinte *ML Indústria de Esquadria de Madeira Ltda.*, enquadrada no CNAE como “*Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais*”. Auto de Infração lavrado em 13/04/2011 com fulcro nos artigos 77, parágrafo 1º da Lei 12.670/96.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

A ciência do início da ação fiscal foi realizada em 14/02/2011, de forma pessoal, consoante assinatura do contribuinte ou do seu representante legal no Termo de Início de Fiscalização nº 2011.03406 às fls. 06, oportunidade em que foi intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, documentos fiscais/contábeis listados no termo retro.

O processo, originalmente, foi instruído com o auto de infração nº.1/201104462-7, informações complementares de fls. 03/04, Ordem de Serviço nº. 2011.05198, Termo de Início de Fiscalização nº. 2011.03406, Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2011.08729, protocolo de entrega de documentos às fls. 08, termo de juntada e AR referente ao auto de infração às fls. 09/10, termo de revelia e despacho às fls. 11, termo de juntada concernente a defesa às fls. O auto, em epígrafe, relatou *in verbis*:

“INEXISTENCIA DE LIVRO CONTABIL, QUANDO EXIGIDO. A EMPRESA DEIXOU DE ENTREGAR O LIVRO CAIXA, SOLICITADO ATRAVES DO TERMO DE INICIO DE FISCALIZACAO NUMERO 2011.03406 REFERENTE AO PERIODO DE 01 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010, COM CIENCIA POR PARTE DA INTIMADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2011 CONFORME INFORMACOES COMPLEMENTARES ANEXO.”(sic)

Às informações complementares, o autuante informou que em cumprimento à ordem de serviço nº 2011.05198 foi emitido o termo de início de fiscalização nº 2011.03406, solicitando a documentação referente ao período de 01/01/2009 a 31/12/2010. Entretanto, ao analisar a documentação fiscal recebida, constatou que a empresa não apresentou o livro caixa referente ao período requerido, para que pudesse fazer a apuração financeira da empresa. Acrescentou que por ser obrigatório o livro caixa e não ter sido apresentado, aplicou a multa de 1.000 Ufircs, de acordo com o art. 123, V da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/2003.

Os auditores sugeriram como penalidade, o que preceitua o art. 123, V, “b” da Lei nº 12.670/96, isto é, o pagamento de multa equivalente a 1.000 Ufircs por livro. Por tais fatos, foi produzida a demonstração que se segue:

Base de Cálculo	R\$ 0,00
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 0,00



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Multa (1.000 Ufirces)	R\$ 2.686,50
TOTAL	R\$ 2.686,50

A ciência do auto de infração foi realizada, pelos correios, em 18/04/11, consoante termo de juntada e Aviso de Recebimento acostado aos autos às fls. 09/10. Fora lavrado termo de revelia em 10/05/11, que restou sem efeito tendo em vista que o contribuinte apresentou defesa em 12/05/11.

À defesa, de fls. 13/15, instruída com documentos de fls. 16/24, a autuada informou ser a mesma *João Marques de Araujo – FE*, que vem sendo autuada pelos mesmos motivos, e por conta disso alegou duplicidade dos autos de infração. Diante do disto, requer que seja dado provimento a presente defesa, e que seja declarado NULO o presente auto de infração.

A julgadora monocrática, após breve relato dos fatos, informou que o auto de infração em questão acusa a empresa de deixar de entregar o livro caixa, solicitado através do termo de início de fiscalização nº 2011.03406, referente ao período 01/01/09 a 31/12/10, e ao analisar os autos, verificou que o contribuinte foi intimado através do termo de início de fiscalização em 14/02/11 a apresentar os livros contábeis, e dentre eles o livro caixa/2009, porém, decorrido o prazo estipulado na intimação o contribuinte não atendeu a presente solicitação. Salientou que a legislação estadual estabelece que o “Livro Caixa” é obrigatório para todos os contribuintes, e para cada estabelecimento obrigado a inscrição, conforme preceitua o art. 77, parágrafo 1º da Lei 12.670/96 como também o art. 260-A do Decreto 24.569/97. Após a análise do argumento do contribuinte na defesa, verificou no sistema de cadastro que a empresa João Marques de Araujo possui inscrição estadual diferente da inscrição do contribuinte fiscalizado, portanto, não se trata da mesma empresa. Ressaltou ainda que a empresa acima citada foi baixada de ofício em 18/02/09, e que, mesmo que tenha sido posteriormente reativada sua inscrição estadual, a numeração seria a mesma em qualquer hipótese, e que o contribuinte não justifica na impugnação a razão da não entrega do aludido livro fiscal. Diante do exposto, julgou PROCEDENTE a ação fiscal, condenando o contribuinte à penalidade prevista no art. 123, V, “b” da Lei 12.670/96, devendo o autuado ser intimado a recolher aos cofres da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 10 dias a importância correspondente a 1.000 Ufirces, ou querendo, em igual período, recorrer da presente decisão ao *Egrégio Conselho de Recursos Tributários*.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

O contribuinte ficou ciente do julgamento da primeira instância, por via postal em 19/12/2011, conforme AR e termo de juntada às fls. 31/32.

O contribuinte, insatisfeito com a decisão condenatória prolatada em primeira instância, interpôs Recurso Voluntário às fls. 33/38, instruído de documentos às fls. 39, fundamentando o recurso na prescrição e nulidade com fulcro nos artigos 126 da Lei 12.670/96, artigo 32 da Lei 12.732/97, artigo 33, XI e 53 do Decreto 25.468/99 e artigo 828, parágrafo 3º do RICMS. Citou jurisprudências. Diante do exposto, solicitou que seja observada a jurisprudência colada e seja reformada a decisão "*a quo*", no sentido de declará-la NULA.

A *Consultoria Tributária*, através do Parecer 58/2012, em primeiro momento, informou que no presente caso inexistia nulidade a ser declarada, haja vista que o devido processo legal foi observado e o julgamento foi devidamente motivado pela julgadora singular. Esclareceu que segundo o inserto no art. 77, parágrafo 1º da Lei nº 12.670/96, o contribuinte é obrigado a ter o livro Caixa Analítico, para ser registrada toda a movimentação financeira. Desta feita, salientou que como a empresa foi intimada a apresentar o livro caixa, segundo documento às fls. 6 dos autos, e não apresentou, ficando sujeito a multa prevista no art. 123, V, "b", da Lei 12.670/96. Diante do exposto, opinou pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento para manter a decisão singular.

Os autos foram encaminhados para apreciação da d. Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou pelo acatamento do referido parecer, que repousa às fls. 42/43.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso voluntário interposto pela **ML INDÚSTRIA DE ESQUADRIA DE NADERIA LTDA.** em face da **CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. 1/201104462-7. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por *inexistência de livro contábil, quando exigido*. A empresa deixou de entregar o livro caixa,



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

solicitado através do termo de início de fiscalização, referente ao período de 01/01/2009 a 31/12/2011.

1. Da Preliminar

Não há preliminares a serem examinadas, uma vez que não foram suscitadas pela recorrente e não existem matérias cognicíveis de ofício a serem questionadas, motivo pelo qual passo a conhecer diretamente do *meritum causae*.

2. Do Mérito

Ao folhear os autos do processo, verifica-se que o contribuinte foi intimado através do Termo de Início de Fiscalização nº 2011.03406 às fls. 06 a apresentar os livros contábeis, e dentre eles o Livro Caixa de 2009, entretanto, decorreu o prazo estipulado na intimação sem que o contribuinte apresentasse a solicitação.

Importante salientar que o contribuinte fiscalizado possui regime de recolhimento normal e desenvolve atividade no ramo de Fabricação de Esquadilha de Madeira.

Neste azo, a legislação estadual, estabelece que o Livro Caixa é obrigatório para todos os contribuintes, e para cada estabelecimento obrigado à inscrição. Portanto, o presente caso, trata-se de autuação fundamentada na inexistência de Livro Caixa, previsto no art. 77, parágrafo 1º da Lei 12.670/96, *in verbis*:

Art. 77. Os contribuintes definidos nesta Lei deverão utilizar, para cada um dos estabelecimentos obrigados à inscrição, livros fiscais distintos, que servirão ao registro das operações e prestações que realizarem, ainda que isentas ou não tributadas, na forma disposta em regulamento.

§ 1º O livro Caixa Analítico também será de uso obrigatório para os contribuintes a que se refere o caput para cada um dos estabelecimentos obrigados a inscrição, devendo nele ser registrada toda a movimentação financeira, representada pelas contas do "Ativo Disponível", em lançamentos individualizados, de forma diária.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Está comprovado, no termo de início de fiscalização que o agente fiscal requereu o livro contábil do contribuinte. Vê-se, entretanto, que não foi atendido em sua solicitação. Desse modo, é indubitosa a ocorrência da infração prevista no parágrafo único, do art. 77, da Lei 12.670/96.

Diante da obrigatoriedade acima descrita e pelo descumprimento das normas estabelecidas sujeitar-se-á o contribuinte a penalidade prevista no art. 123, V, “b” da Lei 12.670/96:

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

V - relativamente aos livros fiscais:

b) inexistência de livro contábil, quando exigido: multa equivalente a 1.000 (uma mil) Ufircs por livro;

3. DO VOTO

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para ser confirmada a decisão condenatória de PROCEDÊNCIA do auto de infração proferida em 1º instância, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado, conforme demonstrativo abaixo:

DEMOSNTRATIVO

Base de Cálculo	R\$ 0,00
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 0,00
Multa (Ufircs)	1.000
TOTAL (Ufircs)	1.000

É o VOTO.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

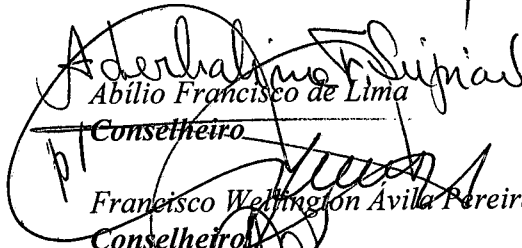
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

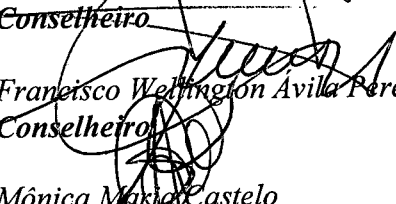
DECISÃO

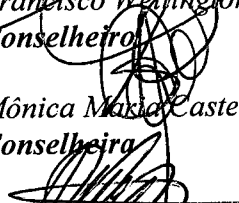
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **ML INDÚSTRIA DE ESQUADRIA DE MADEIRA LTDA.**, e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de 11 de 2012.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRÉSIDENTE


Abílio Francisco de Lima
Conselheiro

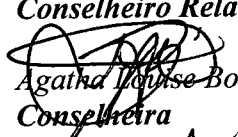

Francisco Wellington Avila Pereira
Conselheiro



Mônica Maria Castelo
Conselheira


Valter Barbalho Lima
Conselheiro


Cícero Roger Macedo Gonçalves
Conselheiro


João Rafael de Farias Furtado Nóbrega
Conselheiro Relator


Agatha Louise Borges Macedo
Conselheira


Samuel Aragão Silva
Conselheiro


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO